



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 1 de março de 2018

É necessário melhorar a ligação entre as energias renováveis e as políticas de desenvolvimento rural, afirmam os auditores da UE.

Segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu, a UE devia estar a envidar mais esforços para explorar as sinergias entre as suas políticas no domínio das fontes de energia renováveis e o desenvolvimento rural. Os auditores examinaram a ligação entre as energias renováveis e o desenvolvimento rural e concluíram que muitas sinergias eram possíveis, mas que estas estão na sua maioria por explorar.

Existem vários programas de financiamento, a nível nacional e da UE, destinados a incentivar a produção e a utilização de energias renováveis, sendo o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) uma das fontes da UE. No entanto, os auditores constataram que a Comissão Europeia não facultou informações exaustivas e atualizadas sobre o apoio financeiro às energias renováveis, tanto de forma global como no âmbito do FEADER.

"O apoio ao desenvolvimento rural pode contribuir para a concretização das metas nacionais e da UE quanto às energias renováveis, mas as zonas rurais devem ser beneficiadas quando o apoio às energias renováveis provém dos fundos de desenvolvimento rural", afirmou Samo Jereb, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "A Comissão Europeia não apresentou clarificações nem orientações suficientes nesta matéria".

Os auditores visitaram cinco Estados-Membros (Bulgária, França (Baixa Normandia), Itália (Toscânia), Lituânia e Áustria) e constataram que a maioria não utilizava os fundos de desenvolvimento rural para dar prioridade a projetos de energias renováveis, que também poderiam contribuir para um desenvolvimento rural sustentável. Embora muitos dos projetos visitados tivessem alcançado resultados económicos e ambientais positivos, os Estados-Membros financiaram igualmente projetos economicamente vantajosos para os seus proprietários, mas com pouco impacto positivo adicional nas zonas rurais.

De forma geral, a política da UE no domínio das energias renováveis podia ser mais explícita no estabelecimento das condições para uma ligação eficaz entre as energias renováveis e o desenvolvimento

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu.

O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L - 1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditors](https://twitter.com/EUAuditors)

eca.europa.eu

rural. De acordo com os auditores, o quadro político para as energias renováveis que está atualmente a ser debatido poderá melhorar a situação. Porém, o quadro de sustentabilidade em matéria de bioenergia, quer na sua versão atual quer na versão proposta, não proporciona uma base adequada para proteger devidamente as zonas rurais contra os riscos ambientais e socioeconómicos, nem para maximizar o potencial para a prossecução do desenvolvimento sustentável.

Os auditores formulam as seguintes recomendações:

- a Comissão e os Estados-Membros devem ter em conta as necessidades das zonas rurais ao conceberem a futura política para as energias renováveis;
- a Comissão, o Parlamento Europeu e o Conselho devem conceber a futura política para a bioenergia de modo a criarem melhores salvaguardas contra a obtenção insustentável de biomassa para a produção de energia.

Além disso, a Comissão deve:

- especificar a finalidade e o papel do apoio prestado no âmbito do desenvolvimento rural aos investimentos em energias renováveis;
- exigir aos Estados-Membros que incluam nos seus relatórios de execução de 2019 informações pertinentes sobre as realizações obtidas pelos programas de energias renováveis;
- reforçar, juntamente com os Estados-Membros, a necessidade de só apoiar projetos de energias renováveis que sejam viáveis e proporcionem um benefício manifesto em matéria de desenvolvimento rural sustentável, sobretudo no caso do apoio do FEADER.

Nota aos diretores das publicações

Energia renovável é a energia produzida a partir de fontes de energia não fósseis renováveis que se reconstituem no tempo de uma vida humana. Tanto a produção como o consumo de energias renováveis têm vindo a aumentar na União Europeia, mas são necessários mais esforços para alcançar os objetivos da UE nesta matéria, que consistem em elevar a percentagem de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final de energia para 20% até 2020 e, pelo menos, 27% até 2030. A utilização de mais energias renováveis é essencial para que a UE consiga reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa e, desse modo, cumprir o Acordo de Paris de 2015 sobre as alterações climáticas.

Segundo um estudo da Ecofys, uma empresa de consultoria no domínio da energia, foram pagos 99 mil milhões de euros de verbas públicas de apoio ao setor energético na UE em 2012, principalmente a partir dos orçamentos nacionais, dos quais 40 mil milhões de euros para as energias renováveis.

A Comissão apresentou a sua proposta de diretiva sobre a promoção do uso de energia proveniente de fontes renováveis em novembro de 2016. O Conselho chegou a acordo sobre uma abordagem geral e o Parlamento Europeu aprovou as alterações em janeiro de 2018. O Conselho elaborou também a sua posição para a primeira reunião do trílogo.

O Relatório Especial nº 5/2018, intitulado "Energias renováveis para um desenvolvimento rural sustentável: muitas sinergias possíveis, mas na sua maioria por explorar", está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE.